

# Proposta de Lei Orgânica ameaça autonomia universitária

De autoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), a proposta de Lei Orgânica das Universidades Federais busca regulamentar a autonomia universitária prevista na Constituição Federal. O Consuni votou pelo debate do tema junto aos segmentos da comunidade universitária. **Página 6 e 7**



## ■ FÉRIAS

**Adua consulta MPF/AM sobre pagamento de férias**

Página 4

## ■ DESCASO

**Livros de Física comprados em 2011 ainda encaixotados**

Página 5

## ■ DIREITOS

**Docentes criticam a falta de informação sobre adicionais**



Segundo os servidores, além de não informar aos recém-ingressos a existência dos benefícios, o Departamento de Pessoal (Depes) omite dos trabalhadores antigos informações sobre adicional de insalubridade e periculosidade, mesmo quando esses últimos, ao trocarem de local de trabalho, continuam expostos a materiais perigosos. **Página 3**

## ■ ENTREVISTA

**Secretário-geral do Andes-SN fala sobre os desafios da categoria**

Página 9



No jornal de setembro/outubro de 2013 refletíamos sobre o sucateamento das Universidades Federais, a sua expansão irresponsável e a sistemática perda de autonomia. A isso se acrescentou a retirada de direitos trabalhistas como férias remuneradas quando do afastamento para capacitação, consolidada pelo braço direito do governo presente nas Universidades; a privatização dos Hospitais Universitários, entre outros. É mais um golpe na autonomia das Universidades Federais e, dessa vez, subpautado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que pretende regulamentar o artigo 207 da Constituição Federal. Para nós, do ANDES-SN, esse artigo é autoaplicável. No nosso entendimento, a proposta de lei tem dois eixos claros: por um lado, reduz a autonomia univer-

sitária à autonomia financeira, de acordo com o discurso dos que consideram que o direcionamento atual rumo à mercantilização do ensino superior é o correto e o problema é exclusivamente de boa ou má gestão; por outro, substitui a organização democrática por um obscuro Conselho das Universidades Públicas Federais, vinculado ao MEC, com amplos poderes sobre as universidades, para instituir o plano de carreira dos docentes e dos servidores técnico-administrativos; aprovar os quantitativos de cargos e funções de confiança; além de estabelecer que as Universidades deverão adaptar seus estatutos e regimentos aos dispositivos da Lei em 180 dias, contados da data de sua publicação. Se aprovada a proposta de Lei Orgânica, como quer a Andifes, as Universidades Federais ficarão ainda mais funcionalizadas e servis à lógica

de mercantilização da educação, reafirmando um perfil universitário produtivo e mercadológico através do aumento da venda de serviços, criação e extinção de cargos, quebra do Regime de Dedicção Exclusiva, acentuando a lógica privatizante. A ideia de uma Lei Orgânica para as Universidades Federais nasceu na década de 1990, mas a força dos Sindicatos e Movimentos Sociais tem impedido até agora a sua aprovação, o que tem feito os governos retrocederem. Esperamos que as Universidades usem da sua autonomia para impedir a sua adesão. Na UFAM, apeteçamos que o CONSUNI rejeite a Lei Orgânica na sua integralidade e assim sirva de exemplo para as demais Universidades. Não há sugestões para a Lei Orgânica, porque não é possível melhorá-la. Portanto, a única alternativa é reprová-la.

## Notas

### Estatuto mutante?

De acordo com o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), o Conselho Universitário (Consun) pro tempore da instituição vem causando temor por não cumprir o desejo da comunidade acadêmica. Recentemente, o Consun desconsiderou decisões importantes das três categorias da universidade, a exemplo do Congresso Estatuinte, cujo esforço resultou em um Estatuto que, posteriormente, teve todo o conteúdo modificado pelo Conselho, suprimindo grande parte das contribuições da academia.

### Audiência Pública

No dia 2 de dezembro, a frente contrária à adesão da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) à Ebserh convocou a participação popular em uma Audiência Pública para discutir e debater junto à sociedade as consequências de uma possível celebração de contrato entre as Universidades Federais e a Ebserh. O ato ocorrido no Plenário da Câmara Municipal de Pelotas foi impulsionado após informações advindas do sindicato docente da UFPel (Adufpel) de que a Reitoria teria o interesse em firmar contrato com a empresa gestora de hospitais, o que representaria um retrocesso no conceito de hospital-escola, assim como no atendimento aos pacientes, que fica ameaçado em seu conceito público, gratuito e de qualidade. Assim como em Pelotas, outras cidades também estão lutando para assegurar que os hospitais universitários não sejam privatizados. Em Santa Maria, a Seção Sindical dos Docentes da UFSM vem organizando diversas ações de mobilização para impedir que a UFSM firme contrato com a Ebserh. Na cidade gaúcha, a audiência pública para discutir os prejuízos da adesão à Empresa ocorreu no dia 9 de dezembro.

### Suspensão

O Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), estava desde o final de outubro com a realização de procedimentos suspensa por falta de recursos para a aquisição de insumos hospitalares e remédios. Um atraso no repasse de verbas teria sido o responsável pela suspensão, segundo o diretor do hospital, Lourivaldo Rodrigues. Materiais anestésicos, medicamentos pré e pós-cirúrgicos, assim como reagentes laboratoriais empregados em exames indispensáveis antes das cirurgias compõem a lista de produtos em falta na unidade de saúde. Dezenas de pessoas que se submeteriam a procedimentos cirúrgicos no HUGV tiveram alta e foram orientadas a agendar o procedimento em outro hospital. Cabe destacar que a Ufam assinou contrato de adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), apontada como a "salvação" dos HUs, no início de outubro.

### Enade

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) apontaram uma queda de 60% no rendimento dos cursos das universidades públicas do Amazonas, em 2012. Segundo o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), dos dez cursos ofertados nas esferas Federal e Estadual, seis perderam pontos em comparação com 2009. A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) foi a que mais caiu, nos últimos três anos, com apenas os cursos de Ciências Econômicas e Design partindo da pontuação 3 para 4 e da 4 para 5, respectivamente. As médias do Enade variam de 0 a 5, e para estar em um nível aceitável, a instituição precisa tirar notas de 3 a 5. Administração, Direito e Ciências Contábeis foram os que mais perderam qualidade na Ufam. No ano passado, os estudantes de Administração tiveram média 3, contra 4 em 2009, assim como no curso de contabilidade. No campo do Direito a situação é mais preocupante, com conceito 5 em 2009, a modalidade caiu para 3.

## charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

**Diretoria:** José Belizario (Presidente), Rafael Bellan de Souza (Vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2ª secretária) e Ana Cristina Belarmino (tesoureira).

**Coordenador de Comunicação:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

**Jornalista Responsável:** Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

**Reportagem:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

**Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)

**Fotografias:** Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra e Érisson das Neves

**Impressão:** Gráfica Silva. 2000 exemplares.

**Fone/Fax:** (92) 3088-7009/ 3305-4103

**e-mail:** aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

**Endereço:** avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)

## Benefício

# Falta de informação dificulta a concessão de adicional de insalubridade e periculosidade

Fotos: Anderson Vasconcelos

Segundo diretor do Depes, o departamento conta com apenas 20 profissionais de carreira no atendimento

Prevista na lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a concessão ao adicional de insalubridade e periculosidade, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) vem esbarrando na falta de orientação por parte da administração superior, segundo docentes da instituição. Professores lotados no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Ufam afirmam que além do Departamento de Pessoal (Depes) não informam aos novos servidores a existência do benefício, os antigos têm o adicional suspenso automaticamente, ao trocarem de departamento ou unidade acadêmica, mesmo permanecendo expostos a materiais perigosos.

Professora da Ufam há sete anos e recebendo o adicional por insalubridade desde então, Andrea Belém afirma que viu seu benefício ser cortado, no ano passado, por cinco meses, após solicitar transferência da Faculdade de Ciências Agrárias para o ICB.

“Pedi para trocar do Departamento de Ciências Pesqueiras para o Departamento de Parasitologia e fui surpreendida com a redução da quantia no meu contracheque. Fiquei março, abril, maio, junho e julho sem o valor, apesar de continuar no laboratório manipulando produtos químicos, materiais perfuro-cortantes e ainda bactérias e parasitas”, informou, destacando que apenas em agosto teve o direito reestabelecido, porém, sem retroativo.

A falta de orientação aos servidores sobre a necessidade de uma nova solicitação do adicional no ato da troca de unidades e departamentos é apenas um dos obstáculos enfrentados pelos trabalhadores com direito ao benefício.



Docente da Ufam desde 2006, Andrea Belém afirma já ter sofrido queimaduras durante atividades em laboratório. Mesmo exposta a riscos, ela passou cinco meses sem receber o adicional de insalubridade.

Segundo Belém, o docente que possui entre as suas atribuições atuar no tripé “ensino, pesquisa e extensão” precisa assumir também o papel do profissional de segurança do trabalho, caso queira receber em seus vencimentos um acréscimo pelos riscos que corre no dia a dia.

“Como professora dou aulas, faço pesquisa e extensão e ainda preciso preencher um formulário detalhado sobre as atividades que desempenho no laboratório e todos os materiais aos quais fico exposta, apesar de haver técnicos de segurança do trabalho contratados para isso. Sem falar que, de posse do formulário preenchido, cabe a mim também correr atrás das assinaturas do chefe do departamento e da diretora da unidade, necessárias para comprovar que as informações são verdadeiras”, criticou a docente.

De acordo com a professora, o tempo mínimo para o restabelecimento do adicional suspenso por troca de departamento ou unidade é de dois meses. “Tudo vai depender da boa vontade do pessoal do Depes. Se o servidor responsável por isso estiver de férias, ninguém faz nada. Para tudo. Esses funcionários têm senhas específicas junto ao SIAPENet que não podem ser passadas



Na instituição há quatro anos, Ana Lúcia Gomes reclama da pouca divulgação sobre os auxílios creche, alimentação e transporte.

para qualquer pessoa”, disse.

Transferida do Departamento de Biologia para o de Parasitologia, no final do ano passado, a bióloga e professora Ana Lúcia Gomes conta que também foi surpreendida ao ser informada por uma colega de trabalho, e não pelo Depes, de que deveria fazer um novo pedido para que não perdesse o adicional de insalubridade conquistado em 2009, quando ingressou na universidade.

“Passei por estágio probatório e nunca me informaram que mudar de departamento ou

unidade acarretaria a suspensão automática do benefício. Comecei a troca de departamento em 2012 e a portaria de mudança saiu apenas em dezembro de 2013”, afirmou Gomes.

Responsável por realizar exames laboratoriais como de fezes e sangue, a docente ressalta que convive diariamente com materiais perfuro-cortantes e substâncias tóxicas, condições mais do que suficientes para atestar o direito ao adicional por insalubridade. “Estas atividades são referentes ape-

nas às aulas em laboratório, deixando de fora as pesquisas que fazemos em campo, exigindo deslocamento a municípios vizinhos e conseqüente perigo nas estradas”, disse.

De acordo com a docente, com a falta de divulgação dos direitos dos servidores no ambiente acadêmico, a comunicação institucional acaba sendo substituída pelo boca-boca. “Muitos docentes até hoje não sabem que podem receber insalubridade ou periculosidade. Assim como existe um manual do aluno, deveria haver o do professor. Eu mesma, por exemplo, não sabia da possibilidade de receber auxílio creche, alimentação e transporte”, afirmou.

Procurado pela Adua para comentar o caso, o diretor do Depes, Luiz Ferreira Neves Neto, informou que por tratar-se de um departamento cartorial, o Depes não tem como identificar, sem um laudo prévio que o servidor transferido de unidade ou departamento continue apto a receber o adicional por insalubridade ou periculosidade e que um Manual do Servidor vem sendo elaborado em parceria com a diretoria do Departamento de Apoio ao Servidor para suprir a falta de divulgação sobre esses direitos.

“Como estamos prestes a fazer a inserção de novos servidores, estamos na fase final do manual do servidor com todas as legislações, entre elas a 8.112. Claro que o manual ainda passará pelo crivo da administração superior, mas a ideia é disponibilizar o material em forma impressa e digital”, disse.

O déficit de servidores no departamento, que atualmente conta com apenas 20 profissionais de carreira para um universo de aproximadamente 4.500 servidores, também contribuiu para que o manual fosse elaborado.

“Com o quadro muito reduzido de servidores, a gente acaba perdendo muito tempo em atendimento. E todo dia tem progressão ou capacitação para lançar no sistema”, afirmou, destacando que dos 20 funcionários do departamento, três são responsáveis por atender os 1,7 mil aposentados e pensionistas da instituição.

## Férias

# Professores recorrem ao MPF/AM para reaver direito negado pela Ufam

A Adua, na defesa do interesse coletivo de seus associados, consultará o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) visando assegurar o pagamento das férias aos professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) afastados para participar de programas de pós-graduação strictu sensu. O direito decorrente de tal afastamento, considerado como período de efetivo exercício, conforme a Lei nº 8.112/90, tem sido negado pela instituição de ensino superior. A consulta foi uma das medidas aprovadas por unanimidade pela categoria, em Assembleia Geral (AG) realizada no dia 13 de novembro.

A seção sindical requereu à Ufam, no dia 20 de setembro, o direito à percepção das férias aos docentes afastados para capacitação nos últimos cinco anos e aos que ainda encontram-se licenciados da universidade por esse motivo, mas teve o pedido negado, no dia 11 de outubro, pelo Departamento de Pessoal (Depes).

A resposta teve como base o parecer nº 281/2013 da Procuradoria Federal da instituição, que fundamentou a negativa em uma Orientação Normativa (ON) da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Conforme a ON nº 02/2011, “o servidor licenciado ou afastado fará jus às férias relativas ao exercício em que se der o seu retorno”.

De posse da resposta do MPF/AM, a seção sindical vai estudar a possibilidade de entrar com uma ação coletiva em defesa do direito de todos os professores que não receberam o pagamento das férias nos últimos cinco anos e dos que ainda estão afastados para capacitação. A medida pode beneficiar diretamente 291 professores, sendo 149 da capital e outros 142 lotados nas unidades acadêmicas fora da sede, conforme levantamento apurado até o dia 9 de setembro pela CCS e encaminhado à seção sindical.

“Uma nota técnica do MPOG não pode confrontar a Constituição Federal, a Lei

“Temos que combater essas arbitrariedades”

Professor Sérgio Vieira, do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/Parintins)

nº 8.112/1990, o Decreto nº 94.664/87 e ainda o Parecer 475 do próprio Ministério da Educação”, disse o presidente da Adua, José Belizario. Para ele, essa é mais uma medida do governo que retira direitos dos trabalhadores. “Temos que combater essas arbitrariedades”, reforçou o professor Sérgio Vieira, do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/Parintins).

## Retomada de Direitos

Na luta pela retomada de direitos trabalhistas, a Adua voltou a discutir, durante a AG, o não pagamento da Gratificação Especial de Localidade (GEL),

prevista no artigo 17 da Lei Nº 8.270/91. O benefício deixou de ser pago aos servidores da universidade desde 1992. A seção sindical pediu explicações à Reitoria sobre o caso e, mais uma vez, recebeu negativa da instituição, com base na Lei nº 9.527/97. “A gratificação pretendida lamentavelmente não mais poderá ser praticada”, diz trecho da resposta encaminhada à Adua no dia 16 de maio.

Apesar do regramento, a diretoria da seção sindical obteve informações de que algumas instituições federais, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, continuam pagando a referida gratificação aos servidores. “A Ufam tem condições de incluir o pagamento desse benefício em seu orçamento, exigindo, concomitantemente, do governo federal providências que assegurem os direitos dos trabalhadores”, disse o presidente da Adua.

Essa matéria também será levada a conhecimento do An-

des-SN, para que providências sejam tomadas em defesa do direito dos trabalhadores da região. “Historicamente, o Sindicato Nacional sempre defendeu uma linha no contracheque. Entretanto, a luta pelo pagamento do auxílio-localidade é uma especificidade regional e é uma maneira de combatermos a desigualdade de nosso país, que impacta sobremaneira na região”, disse o professor Jacob Paiva, da Faculdade de Educação (Faced), destacando que os custos de alimentação, deslocamento e de serviços, entre outros, costumam ser mais caros no Norte do Brasil.

De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o custo da cesta básica chegou a R\$ 307,71 em Manaus, no mês de dezembro, a 7ª mais cara do país, considerando as 18 capitais onde o órgão aplica a pesquisa mensal. O gasto com a cesta de gêneros alimentícios de primeira necessidade subiu 6%, ao longo do ano, na capital amazonense.

## Delegação

## AG da Adua elege representantes para 33º Congresso do Andes-SN

Foto: Erisson das Neves

Os professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) definiram, em Assembleia Geral, realizada no dia 12 de dezembro, a composição da delegação que vai representar a categoria no 33º Congresso do Andes-SN, que vai ocorrer de 10 a 15 de fevereiro de 2014, na cidade de São Luís (MA). O evento, maior instância deliberativa do Sindicato Nacional, está sob organização da Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (Apruma).

Foram eleitos como delegados da Adua no Congresso sete professores, sendo cada um de uma unidade acadêmica distinta, entre os quais três de fora da sede e quatro de Manaus. São eles: Tharcísio Santiago Cruz, do Instituto de Natureza e Cultura (INC/Benjamin Constant); Elizandra Garcia, do Instituto de



Oito professores da Ufam vão representar categoria no evento.

Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/Parintins); Ednilda Maria dos Santos, do Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (IEAA/Humaitá); Jacob Paiva, da Faculdade de Educação (Faced); Ana Cristina Belarmino, da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) e diretora da Adua; Alcimar Oliveira, do Instituto de Ciências Humanas e

Letras (ICHL); e Antônio Batista, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), além do presidente da seção sindical, José Belizario, que representará a diretoria no referido evento.

A AG da Adua também definiu quatro nomes como observadores do evento – com direito à voz, porém não ao voto –, que terão a possibilidade de partici-

“Essa é uma das responsabilidades que os delegados têm, além de responder pelo coletivo da Adua durante e no retorno do Congresso”

Presidente da Adua, José Belizario.

par do Congresso, caso a seção sindical tenha condições financeiras para ampliar o número de integrantes da delegação. São eles: Rafael Bellan e Juliane Bueno, ambos do ICSEZ/Parintins, Noval Benayon, do ICHL, e José Humberto Michiles, da Faculdade de Estudos Sociais (FES).

Os professores deliberaram

ainda criar um grupo de estudo sobre o caderno de textos do Congresso. “Essa é uma das responsabilidades que os delegados têm, além de responder pelo coletivo da Adua durante e no retorno do Congresso”, explicou o presidente da seção sindical, Belizario Neto.

## Reunião ampliada

Além dos informes nacionais e locais, os docentes decidiram pela realização de uma reunião ampliada para discutir a proposta de Lei Orgânica das Universidades Federais, de autoria da Andifes e destinada a regulamentar a autonomia universitária de que trata o artigo 207 da Constituição Federal. Em seguida, o tema deve voltar como ponto de pauta em nova Assembleia Geral da Adua.

## ■ Livros encaixotados

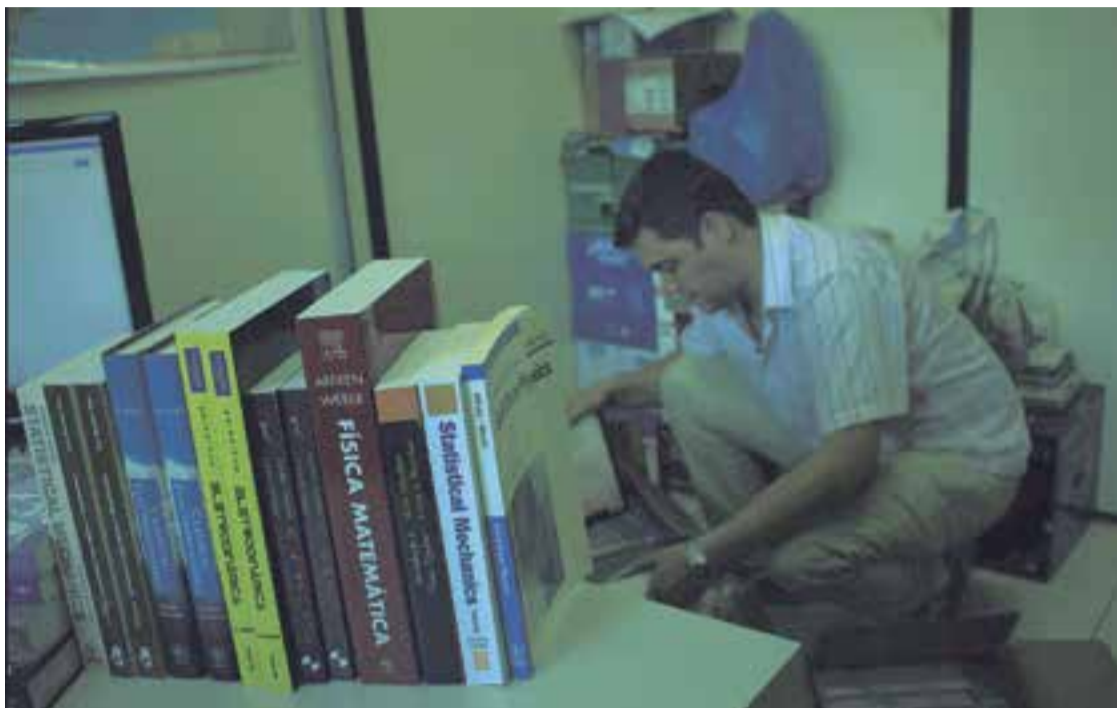
# Desperdício de recursos públicos

Fotos: Anderson Vasconcelos

tem praticamente obrigatório na formação acadêmica, o livro é utilizado como uma das principais fontes de informação e pesquisa entre estudantes e professores de qualquer instituição de ensino superior. Mas, pelo alto custo no Brasil, as obras não são acessíveis a todos, exceto quando compartilhadas em bibliotecas ou por meio de iniciativas pessoais. Foi o que o professor doutor Minos Martins Adão Neto, do curso de Física da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), tentou fazer ao ter aprovado, em 2010, um projeto no valor aproximado de R\$ 30 mil que previa, entre outras coisas, a aquisição de referências bibliográficas específicas da área. Os livros foram comprados em 2011, com recursos públicos, porém há mais de dois anos estão encaixotados por não haver espaço onde pudessem ser compartilhados pela comunidade acadêmica.

Ao todo, são cerca de 70 livros sobre fundamentos da física básica à aplicada que chegam a custar até R\$ 310 e que, segundo Adão, poderiam ser utilizados, sistematicamente, por estudantes de graduação, mestrado e doutorado, além dos próprios professores, mas estão guardados desde que chegaram. “São obras que não estão disponíveis nas bibliotecas setoriais da Ufam e, por conta do alto custo, dificilmente são compradas pelos alunos. Estão sendo subutilizadas”, lamentou, acrescentando que as referências bibliográficas não foram compradas aleatoriamente. “A lista de livros foi elaborada com base nas indicações de vários colegas de curso”, disse.

De acordo com o docente, os livros seriam remetidos a uma sala que funcionava como uma espécie de “biblioteca” de Física, no próprio prédio administrativo do curso, mas que foi fechada sem qualquer explicação. “Esse espaço não existe mais. E não se sabe a razão. A gente não recebeu nada por escrito”, lamenta. À reportagem, o professor repassou uma ata da reunião do Colegiado do Departamento de Física, de

**Docente teme que descaso ocorra também na implantação de novos projetos dentro da Ufam**

25 de agosto de 2011, em que consta a informação de que o espaço estava em “fase de organização”, com apoio de um bibliotecário.

Em junho do ano passado, Adão prestou contas da compra de livros e equipamentos referente ao projeto “Entropia de cadeias mono-e-polidispersos em modelos magnéticos”, aprovado junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Mas, o docente teme que outros colegas encontrem as mesmas dificuldades para por em prática projetos aprovados junto às agências de fomento. “Isso é muito ruim para nossa instituição”, afirmou.

Na avaliação do professor, problemas dessa natureza geram prejuízos à qualidade do curso, comprometendo

principalmente a formação dos estudantes. “Os alunos poderiam estar utilizando esses livros, difíceis de serem encontrados nas bibliotecas da universidade e que não têm quantidade de exemplares suficiente para atender a demanda”.

Por falta de espaço, livros que chegam a custar quase R\$ 310 estão encaixotados há mais de dois anos em sala de professor.

De acordo com o vice-presidente do Centro Acadêmico de Física (Cafís), Lucas Fabrício de Araújo, os estudantes têm relatado uma série de

dificuldades para continuar o curso de graduação. “Faltam livros e salas de estudo, os laboratórios são escassos e é preciso melhorar muita coisa em termos de infraestrutura”, afirmou. Para ele, o melhor aproveitamento dos recursos poderia ser uma estratégia para “conter” o alto índice de evasão entre os alunos, estimulando os acadêmicos a concluir essa etapa do ensino superior.

A preocupação do representante estudantil encontra sustentação no indicador de desistência apurado semestralmente pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg). Conforme dados do Departamento de Registro Acadêmico (DRA), houve 126 desistências no curso de Física, no Instituto de Ciências Exatas (ICE), considerando os dois semestres de 2012 e de 2013, este último ainda em andamento – previsto para encerrar em março de 2014. É de longe a graduação em que há o maior índice de evasão. Para se ter ideia, na “vizinha” Faculdade de Tecnologia (FT), o número absoluto de desistências chegou a 196, no período em análise, levando em conta os 10 cursos da unidade acadêmica.

**Providências**

Procurado pela reportagem da Adua, o chefe do Departamento de Física, professor Marcílio de Freitas, informou

não ter conhecimento do caso e que vai aguardar manifestação do autor do projeto para tomar as devidas providências. “Estou sabendo disso agora. Qualquer iniciativa, nesse sentido, deve ser comunicada ao chefe do departamento, para que sejam tomadas providências”, criticou. “Eu só posso ser responsabilizado se for feito encaminhamento formal ou se eu souber e não tomar providência. Eu tenho que zelar pelo bem público!”, completou. Freitas assumiu a chefia do departamento em abril de 2013.

Sobre a suposta biblioteca que havia nas dependências do prédio administrativo do Departamento de Física, o chefe disse que a mesma nunca existiu. “Era uma sala em que havia uma estante com vários livros, mas que não compunham uma biblioteca. São exemplares comprados através de projetos de pesquisa de vários professores. Esse espaço está fechado desde julho de 2011, quando o departamento mudou para as novas instalações no setor Norte do Campus”, explicou.

No local, aproximadamente 300 livros estão sendo catalogados, para serem enviados à Biblioteca Central, conforme decisão tomada pelo colegiado de Física. Sobre esses exemplares e os que estão sob a guarda do professor Adão, Freitas reconhece que a falta de uso gera desperdício ao curso. “Esses exemplares ficaram sujeitos à deterioração, pois não há quem cuide, quem zele por eles. A guarda de livros exige um conjunto de cuidados especializados”, afirmou. Segundo o chefe do departamento, os livros devem ser remetidos em meados de janeiro de 2014. Já a sala, será usada para atender as demandas do mestrado em “Ensino de Ciências”, recém-aprovado, e ainda, acolher os professores visitantes.

Conforme relatório da Divisão de Bibliotecas Setoriais, a Ufam dispõe atualmente de 556 livros de Física. Somados às obras que não estão sendo utilizadas, o acervo pode crescer até 67%, chegando próximo a mil exemplares, pondo fim a esse descaso.

**Freitas aguarda ainda comunicação formal para buscar solução**

## ■ Debate Público

# Consuni retira de pauta sobre autonomia uni

**P**or unanimidade, o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) decidiu retirar de pauta de reunião da maior instância deliberativa da instituição o item que previa o debate sobre a proposta de Lei Orgânica das Universidades Federais, de autoria da Andifes e destinada a regulamentar a autonomia universitária de que trata o artigo 207 da Constituição Federal. No entendimento dos conselheiros, a Ufam deve submeter o tema à ampla discussão com a comunidade acadêmica, antes de tomar qualquer decisão sobre o assunto.

Por isso, o próprio Consuni já definiu um cronograma de debate sobre a proposta de lei, independente dos trâmites do projeto no Congresso Nacional. Como o intuito do Conselho é tomar conhecimento da posição da base da comunidade acadêmica sobre o assunto, o ponto de partida será a discussão nas unidades acadêmicas, que deve ocorrer de 6 a 15 de janeiro de 2014.

Um seminário sobre a proposta de lei, com participação dos três segmentos da comunidade acadêmica, ocorrerá no dia 31 de janeiro, das 8h às 13h, no Auditório Rio Amazonas, na Faculdade de Estudos Sociais (FES), setor Norte do Campus Universitário. Para o evento foram convidados também representantes do Ministério da Educação, da Andifes, do Andes-SN, da Fasubra, da Assembleia Nacional de Estudantes-Livre (Anel) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). A previsão é que a discussão volte a ser ponto de pauta do Consuni no dia 3 de fevereiro, em reunião extraordinária.

À parte o cronograma, como o tema já está em discussão em outras instâncias, o Consuni também deliberou “que a magnífica reitoria atue na Andifes e diante do governo no sentido da defesa de que esta seja a posição a ser adotada no tratamento do tema”, conforme trecho da nota divulgada pelo Conselho.

## Proposta da Adua

Os conselheiros acompanharam a proposta de retirada de pauta apresentada pelo presidente da Adua, José Belizario, que justificou a proposta de exclusão do item apresentando várias razões. “Esse é um tema muito complexo e que requer uma ampla discussão nas unidades acadêmicas, com representação dos docentes, discentes e técnico-administrativos. Posterior ao resultado das discussões

nas unidades acadêmicas, que o debate culmine com um grande seminário na universidade”, disse o docente.

Belizario acrescentou que a proposta da Andifes, contraditoriamente, usa várias vezes a palavra “autonomia”, com o objetivo de golpear a autonomia universitária. “Não podemos permitir que a autonomia conquistada com tanta luta pelos sindicatos e movimentos sociais, ao longo de décadas, seja destruída pela medida governista da proposta da Andifes”, avalia. Para ele, a comunidade acadêmica precisa evitar uma grande derrota. “O resultado desse debate pode ser a compreensão da situação de precarização em que nos encontramos hoje”.

A conselheira Elizandra Garcia, representante docente da unidade acadêmica de Parintins, fazendo coro com Belizario, disse que o Consuni não deve debater o assunto sem “ouvir” a comunidade. “Acredito que não tem como este espaço [Consuni] aqui atuar sobre esse ponto hoje sem trazer das nossas bases uma mínima discussão acumulada. Penso que ainda há uma margem de tempo para que possamos discutir o tema com nossos pares”, afirmou. A professora teme que ocorra com a proposta de lei o mesmo que aconteceu quando entrou em pauta a Ebserh.

“Está aí a situação do Hospital Universitário Getúlio Vargas [HUGV]! Foi aprovada aqui [a Ebserh] com a esperança que resolveria o problema, quando a gente sabia que não resolveria”, lamentou a conselheira Arminda Mourão, diretora da Faculdade de Educação (Faced). Para ela,



**Está aí a situação do Hospital Universitário Getúlio Vargas [HUGV]! Foi aprovada aqui [a Ebserh] com a esperança que resolveria o problema, quando a gente sabia que não resolveria**

Arminda Mourão, diretora da Faced



Por unanimidade, Conselho Universitário decidiu submeter o tema à ampla discussão na academia.

a discussão sobre a proposta de lei que trata da autonomia universitária é um imperativo. “Nós temos sim que discutir. E sabe como é que nós vamos contribuir? Formando opinião pública para ir às ruas, para barrar alguma coisa nesse governo que quer acabar com a universidade pública. [O assunto] tem que ser discutido nas bases, porque o trator está passando por cima da gente e quando formos ver essa universidade pública vai estar fechada”, criticou.

O conselheiro Jacob Paiva, representante docente da Faced, lembrou aos participantes da reunião que a proposta de lei não é recente. “Nós que acompanhamos a universidade na última década sabemos que esse tema não é novo. Nos últimos dez anos, a Andifes tem tentado trazer essa proposta de regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal. Mas, o movimento docente entende que o [artigo] 207 é autoaplicável, e, portanto, não deve ter regulamentação”, ponderou.

# Nota proposta de lei universitária

Foto: Anderson Vasconcelos



## Na avaliação do GTPE da Aduferpe, proposta de lei orgânica gera instabilidade e insegurança às IFES

Em uma análise geral sobre o tema, publicada no início de dezembro, o Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Aduferpe – Seção Sindical) afirma que a proposta de Lei Orgânica das Universidades Federais “não traz solução às dificuldades encontradas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)”.

No entendimento da categoria, a proposta esbarra no artigo 207 da Constituição Federal. “O objeto em si é formalmente incompatível com a Carta Magna brasileira que dispõe, define e caracteriza a autonomia universitária em norma de efeito pleno e aplicabilidade imediata, estabelecendo a única restrição possível, qual seja, a obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa

e extensão”, diz trecho da nota. “Parece-nos que a todo custo querem ferir a autonomia universitária”, completa, mais adiante, o documento.

Esse anteprojeto, continua a nota, “consagra a instabilidade e a insegurança nas relações entre as IFES, os docentes e os técnico-administrativos, ao mesmo tempo em que não soluciona qualquer das dificuldades atuais de gestão de pessoal”.

Paiva ressaltou que não é a favor da “retirada pela retirada” quanto à exclusão do item da pauta, mas destacou a necessidade de convocar “todos os atores que, no nosso ponto de vista, são fundamentais para produzir uma lei com o grau de importância para o conjunto do sistema de ensino federal do Brasil”, sem que as pessoas não se sintam “açodadas”. “No Brasil, temos uma pressa para tratar coisas muito sérias de maneira trivial, pragmática e, às vezes, eleitoreira”, afirmou o

docente, acompanhado pelo conselheiro Edson Andrade. “Esse é o Brasil que a gente tem!”. Andrade também manifestou-se favorável à realização de uma “discussão mais aprofundada até para que cada um crie o seu convencimento e organize a sua luta pessoal ou coletiva”.

A presidente do Consuni e reitora da Ufam, professora Márcia Perales, alertou os conselheiros quanto a um possível descompasso no tempo para tratamento do tema em relação a outras instâncias.

“A forma como o Congresso Nacional irá discutir o tema está fora da intervenção da universidade. Ao retirar de pauta e fazer as discussões da forma como vocês estão propondo, que todos estejam cientes de que quando as nossas contribuições chegarem, pode ser que não dê mais tempo”, disse.

Para o presidente da Adua, José Belizario, essa não deve ser uma preocupação. “Por que nós vamos nos preocupar se lá [Congresso Nacional] vai passar com o

‘rolo compressor’ em cima da gente como tem passado, como passou com a Ebserh, por exemplo, e não vamos nos manifestar? Independente do tempo, devemos marcar uma posição política, que, aliás, muitas vezes, temos perdido a oportunidade”, sacramentou. “Só para lembrar que nós fizemos uma greve no governo Collor exatamente porque queria passar uma emenda constitucional para acabar com o artigo 207, retirando com a autonomia das universidades”, finalizou Jacob Paiva.

### Confira na íntegra NOTA DO CONSUNI

Os membros do conselho universitário da UFAM, reunidos no dia 12 de dezembro de 2013, deliberaram retirar a discussão sobre a Lei Orgânica das IFES da pauta para submeter o tema a um amplo processo de discussão da comunidade universitária, uma vez que compreendem a importância e a complexidade da matéria e que o resultado deste debate implicará não apenas sobre o futuro do sistema federal do ensino superior, mas também sobre o próprio destino do nosso país. Nesse sentido, deliberou-se por um cronograma de debate com as seguintes datas: de 6 a 15 de janeiro de 2014 – debate nas unidades acadêmicas; na segunda quinzena de janeiro de 2014 – realização de um seminário com a participação de representantes da ANDIFES, MEC, ANDES-SN, FASUBRA, UNE e ANEL; reunião extraordinária do CONSUNI na 1ª semana de fevereiro de 2014. Os membros do CONSUNI decidiram ainda que a magnífica reitora atue na ANDIFES e diante do governo no sentido da defesa de que esta seja a posição a ser adotada no tratamento do tema.

Fonte: Adua

## Nacional

## Independência do BC: tema recorrente

Por Paulo Kliass

O tema da independência do Banco Central é antigo e recorrente. Vira e mexe ele volta a ganhar destaque e passa a frequentar os espaços dos meios de comunicação. Há dois tipos de fatores que contribuem para que seu fantasma fique permanentemente rondando os locais onde são tomadas as decisões a respeito de políticas públicas em nosso País. A primeira razão é de natureza teórica e conceitual, mas opera em sintonia com o "lobby" pesado dos interesses da banca.

A idéia subjacente é aquela que está por trás do discurso demagógico, que encontramos a todo momento na grande imprensa, de que "política monetária é coisa muito séria para ser tratada por políticos". Isso como se empresários e banqueiros fossem, por sua própria genética específica, pessoas responsáveis e que visam o bem comum. A segunda razão está associada a uma demanda prevista na própria Constituição Federal. Em seu artigo 192, o último dispositivo do "Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira", há um mandato determinando a aprovação de leis complementares para regulação dos diversos aspectos do Sistema Financeiro Nacional. Como essa obrigação existe desde 1988 e ainda não foi cumprida até os dias de hoje, o fato é que a dinâmica

e o funcionamento do sistema das finanças continuam a ser definidos pela legislação que já existia anteriormente.

A definição institucional do modelo de autoridade monetária varia segundo o momento histórico e o país considerado. Há desde o modelo norte-americano do FED até aquele vigente no Brasil ainda antes do golpe de 1964. No primeiro caso, o Banco Central é uma instituição independente da estrutura política "stricto sensu", uma vez que seus dirigentes têm um mandato e são inamovíveis. Já para a realidade brasileira pré reforma do sistema financeiro, o modelo previa que uma divisão do Banco do Brasil (Superintendência da Moeda e do Crédito - a poderosa SUMOC) cuidasse desses assuntos. Assim, entre a independência plena e a ausência completa de autonomia face ao poder político, há uma vasta gama de tons de cinza em que se enquadram a maior parte dos casos existentes. São os diferentes exemplos de autonomia relativa.

Em geral, a autoridade monetária cumpre as funções de órgão regulador e fiscalizador do sistema financeiro, ao mesmo tempo em que se encarrega da implementação da política monetária (taxa de juros e depósito compulsório) e, às vezes, também da política cambial. Como se pode perceber, trata-se de um conjunto importante de atribuições da esfera da política econômica, com impactos expressivos



sobre a economia e o conjunto da sociedade. Assim, a hipótese da independência do Banco Central frente à estrutura político-institucional estaria associada à necessidade de se evitar que a condução dos assuntos da economia fosse ditada pelas preocupações imediatas e de curto prazo do calendário da política.

**Política monetária: questão técnica ou política?**

Ocorre que por trás do discurso independentista esconde-se uma intenção privatista. Tanto que a postulação mais efetiva da independência a ser concedida à autoridade monetária só passa a ganhar mais força política pelo mundo afora, a partir do período de consolidação da hegemonia do

pensamento neoliberal. O movimento pega carona na onda generalizada contra a presença do Estado na economia e pela desregulamentação de suas atividades, fenômeno esse que tão bem os meios de comunicação ajudaram a multiplicar. A pregação da supremacia plena e absoluta do privado sobre o público glorifica o espaço do mercado como a busca da solução para todos os conflitos. O discurso da pós-modernidade mira na desconstrução da presença estatal e sugere outros modelos para a implementação daquilo que seriam as antigas políticas públicas. A palavra da moda passa a ser a mercantilização de todas as manifestações das relações: sejam elas sociais, políticas, culturais, etc. Tudo passa ser avaliado em termos

de preços e quantidades. Tudo passa ser determinado em função de oferta e demanda.

A suposta "independência" do Banco Central se concretiza por meio da entrega de sua gestão aos interesses do financismo. Aos seus representantes é oferecida a plena liberdade para conduzir como quiserem os diferentes aspectos da política econômica, sem que seja preciso prestar contas à sociedade, por intermédio dos representantes políticos. Literalmente, tudo se passa como se a tecnocracia se outorgasse um cheque em branco a si mesma, para fazer o que quiser com ou para o sistema financeiro. O caso brasileiro mais recente dá bem a dimensão dessa empreitada. Durante os 2 mandatos presidenciais de Lula, o senhor absoluto da autoridade monetária em nossas terras foi Henrique Meirelles, que até a antevéspera de sua nomeação, era o presidente internacional de um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, o Bank of Boston. Para dar cabo de sua tarefa, o banqueiro contou com autonomia plena e absoluta, que a ele foi conferida pelo Presidente da República.

**Paulo Kliass é doutor em economia pela Universidade de Paris 10 (Nanterre). Leia o artigo na íntegra no site da Carta Maio (<http://www.cartamaior.com.br>)**

## Internacional

## Seremos uma célula cancerígena a ser extirpada?

Por Leonardo Boff

Há negacionistas da Shohah (eliminação de milhões de judeus nos campos nazistas de extermínio) e há negacionistas das mudanças climáticas da Terra. O primeiros recebem o desdém de toda a humanidade. Os segundos, que até há pouco sorriam cinicamente, agora veem dia a dia suas convicções sendo refutadas pelos fatos inegáveis. Só se mantêm coagindo cientistas para não dizerem tudo o que sabem como foi denunciado por diferentes e sérios meios alternativos de comunicação. É a razão ensandecida que busca a acumulação de riqueza sem qualquer outra consideração.

Em tempos recentes temos conhecido eventos extremos da maior gravidade: Katrina e Sandy nos EUA, tufões terríveis no Paquistão e em Bangladesh, o tsunâmi no Sudeste da Ásia e o tufão no Japão que perigosamente danificou as usinas nucleares em Fukushima e ultimamente o avassalador tufão Haiyan nas Filipinas com milhares de vítimas.

Sabe-se hoje que a temperatura do Pacífico tropical, de onde nascem os principais tufões, ficava normalmente abaixo de 19,2°C. As águas marítimas foram aquecendo a ponto de a partir de 1976 ficarem por volta de 25°C e a partir de 1997-1998

alcançaram 30°C. Tal fato produz grande evaporação de água. Os eventos extremos ocorrem a partir de 26°C. Com o aquecimento, os tufões estão acontecendo com cada vez mais frequência e maior velocidade. Em 1951 eram de 240 km/h; em 1960-1980 subiram para 275 km/h; em 2006 chegaram a 306 km/h e em 2013 aos terríficos 380 km/h.

Nos últimos meses, quatro relatórios oficiais de organismos ligados à ONU lançaram veemente alerta sobre as graves consequências do crescente aquecimento global. Com 90% de certeza é comprovadamente provocado pela atividade irresponsável dos seres humanos e dos países industrializados.

Em setembro, o IPCC que articula mais de mil cientistas o confirmou; o mesmo o fez o Programa do Meio Ambiente da ONU (Pnuma); em seguida, o Relatório Internacional do Estado dos Oceanos denunciando o aumento da acidez que por isso absorve menos CO<sub>2</sub>; finalmente em 13 de novembro, em Genebra, a Organização Meteorológica Mundial. Todos são unânimes em afirmar que não estamos indo ao encontro do aquecimento global: já estamos dentro dele. Se nos inícios da revolução industrial o CO<sub>2</sub> era de 280 ppm (parte de um milhão), em 1990 elevou-se a 350 ppm e hoje chega a 450 ppm. Neste ano noticiou-se que em algumas par-



tes do planeta já se rompeu a barreira dos 2°C, o que pode acarretar danos irreversíveis para os seres vivos.

Poucas semanas atrás, a secretária executiva da Convenção do Clima da ONU, Christina Figueres, em plena entrevista coletiva, desatou em choro incontido ao denunciar que os países quase nada fazem para a adaptação e a mitigação do aquecimento global. Yeb Sano, das Filipinas, na 19ª Convenção do Clima em Varsóvia, ocorrida entre 11-22 de novembro, chorou também diante de representantes de 190 países quando contava o horror do tufão que dizimou seu país, atingindo sua própria família. A maioria não pôde conter as lágrimas.

Mas para muitos eram lágrimas de crocodilo. Os representantes já

trazem no bolso as instruções previamente tomadas por seus governos, e os grandes dificultam por muitos modos qualquer consenso. Lá estão também os donos do poder no mundo, donos das minas de carvão, muitos acionistas de petrolíferas ou de siderurgias movidas a carvão, as montadoras e outros. Todos querem que as coisas continuem como estão. É o que de pior nos pode acontecer, porque então o caminho para o abismo se torna mais direto e fatal. Por que essa irracional oposição?

Vamos direto à questão central: esse caos ecológico é tributado ao nosso modo de produção, que devasta a natureza e alimenta a cultura do consumismo ilimitado. Ou mudamos nosso paradigma de relação

para com a Terra e para com os bens e serviços naturais, ou vamos irrefreavelmente ao encontro do pior. O paradigma vigente se rege por esta lógica: quanto posso ganhar com o menor investimento possível, no mais curto lapso de tempo, com inovação tecnológica e com maior potência competitiva? A produção é para o puro e simples consumo que gera a acumulação, este, o objetivo principal. A devastação da natureza e o empobrecimento dos ecossistemas aí implicados são meras externalidades (não entram na contabilidade empresarial). Como a economia neoliberal se rege estritamente pela competição e não pela cooperação, estabelece-se uma guerra de mercados, de todos contra todos. Quem paga a conta são os seres humanos (injustiça social) e a natureza (injustiça ecológica).

Ocorre que a Terra não aguenta mais este tipo de guerra total contra ela. Ela precisa de um ano e meio para repor o que lhe arrancamos durante um ano. O aquecimento global é a febre que denuncia estar doente, e gravemente doente.

**Leonardo Boff é teólogo, filósofo e autor de 'Proteger a Terra e cuidar da vida: Como escapar do fim do mundo'. Leia o artigo na íntegra no site da Carta Maio (<http://www.cartamaior.com.br>).**



# “Manter a horizontalidade ajuda a garantir a participação”, diz secretário-geral do ANDES-SN

Depois de passar por Niterói (RJ), Recife, Florianópolis e Goiânia, de agosto a novembro, respectivamente, a “delegação” do Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical do ANDES-SN chegou a Manaus, em dezembro, para concluir o ciclo

de atividades formativas previsto para ocorrer nas cinco regiões do país ao longo deste semestre, conforme deliberação do 58º Conad. Nesta entrevista, um dos integrantes do GTPFS, o professor Márcio Antônio de Oliveira, secretário-geral e encarregado de Assuntos

Jurídicos do Sindicato Nacional, “ancorado” na história da categoria, fala sobre os elementos indispensáveis para se pensar os desafios político-organizativos do ANDES-SN e da classe trabalhadora para enfrentar uma forte política de retirada de direitos.

## Em que momento da história do país nasceu a “estrutura sindical”?

O Brasil tem, eu diria, uma estrutura sindical “getulista”, que vem da década de 30, claro, com as modificações ao longo dos anos. Naquele momento foram introduzidos processos de organização por categoria, e não por ramo de atividade. Originalmente, não criamos o sindicato dos trabalhadores da educação, mas sindicato dos professores, dos bancários, dos metalúrgicos, e suas variações. O “getulismo” criou o sindicato para disciplinar o operariado e, ao mesmo tempo, estabelecer uma forma de mediação com a outra força que buscava organizar no Brasil: o capital. Isso funcionou razoavelmente bem, nos marcos desejáveis do governo, até as crises seguintes e a guerra. Já com a ditadura houve um processo de flexibilização das relações de trabalho e de desestabilidade, aprofundando a aliança com o capital internacional e restringindo liberdades.

## E quando é que se dá a retomada do movimento, para o enfrentamento dessas restrições?

Com a crise econômica mundial, no início dos anos 70, por causa do petróleo, há uma grande falta de recursos, gerando dificuldades ao Estado, sobretudo na América Latina. É neste quadro que se dá a retomada do movimento sindical do Brasil, quando nascem as associações de docentes. Elas passaram a fazer encontros, constituíram coordenação, linhas programáticas e ligação com outras entidades. O movimento se considera parte da sociedade brasileira e a universidade, enquanto instituição educacional, não podia ser segregada, separada, como uma torre de marfim. Isso porque nós pensávamos não somente em uma carreira, mas uma universidade, um país, um outro projeto de sociedade...

## As dificuldades que o ANDES-SN enfrentou na sua criação são, em alguma medida, semelhantes aos problemas enfrentados atualmente?

Hoje enfrentamos problemas mais complicados que os da época do surgimento dos movimentos sociais e sindicais. No passado havia um conjunto da sociedade lutando contra a ditadura militar, pela liberdade, pela organização democrática, pela constituinte. Naquela época, havia mais aglutinação entorno de determinados pontos que eram considerados fundamentais para o levantamento da sociedade democrática. Havia mais gente diferenciada. A esquerda também era muito variada, apesar de existirem os partidos tradicionais. Atualmente, a

maioria dos partidos ditos de esquerda está diluída nas estruturas de poder. O Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, é um partido de esquerda, mas usou todas as formas de adesão a uma estrutura de poder conveniente com a sua manutenção no poder. O próprio ex-presidente Lula falava que teve de fazer ajustes e concessões aos poderes dominantes para poder permanecer.

## No embate com o governo, o ANDES-SN sempre se posicionou contra “política de concessão”. Há algum elemento ou princípio que tem sido fundamental na história da categoria, que não é observado em outras organizações?

Um dos elementos mais caros e herdados do “getulismo”, na estrutura sindical, era a verticalidade nas ações e nas decisões. Isso, para nós, é um equívoco! Num momento em que você enfrenta tanta dificuldade no processo demo-

de trabalho do professor. Esse é um dos aspectos mais importantes. Além disso, o ANDES-SN é um dos poucos sindicatos que faz eleições diretas para a diretoria e não escolha de representantes em congressos ou outros eventos. Nós devemos isso a um conjunto de trabalhadores que fizeram parte do movimento docente, que souberam enfrentar, defender e manter viva essa instituição transformada em Sindicato Nacional. O ANDES-SN permanece fiel aos princípios de sua criação.

## Quais são esses princípios? Por que, durante uma greve, por exemplo, há uma compreensão social de que a luta é apenas focada na questão salarial e não defesa de princípios?

As pessoas foram empurradas para um tipo de sociedade em que o salário é fundamental e ele de fato o é. Mas, a forma como o salário é abordado tem sido fundamental para a manutenção da estrutura de poder que está a serviço do governo. O governo mantém uma formulação tal que o cidadão exige melhor salário para poder repor as suas condições de remuneração. Quando se fala para além do salário, não é que a remuneração não seja importante. Entretanto, o salário não pode ser visto como um componente isolado. O salário faz parte da carreira, da estrutura da universidade e da relação dos servidores públicos com o conjunto dos trabalhadores de um modo geral. Para ter um bom salário, é preciso ter uma profissão, isso implica ter uma carreira e condições de trabalho. O salário é importante, mas não é o limite da nossa atuação, ao contrário, é um dos elementos da nossa atuação social, em conjunto com as outras categorias e dentro da classe dos trabalhadores. Eu tenho defendido, sem mistificação, que a revolução só ocorre mediante o nosso trabalho, pelo movimento docente, pela universidade...

“A democracia não se faz apenas com eleição. Ela passa pelo processo de participação e essa participação se dá pela base.”

crático para o funcionamento das instituições, manter a horizontalidade ajuda a garantir a participação dos chamados setores de base do processo político. Na chamada política institucional, muitos participantes de base são desconsiderados e isso é uma tendência. Passa-se a usar representantes, amostragens, causando certo esvaziamento, ao invés de estimular a participação e a importância de cada um. Por isso que o ANDES-SN faz questão de manter a horizontalidade entre seus princípios, pois é uma forma de garantir a participação da base no processo político. A democracia não se faz apenas com eleição. Ela passa pelo processo de participação e essa participação se dá pela base.

## O senhor acredita que a própria base tem consciência de sua importância?

Quando um professor se filia a uma associação docente associada ao ANDES-SN, ele está automaticamente associado ao Sindicato Nacional. A seção sindical representa o ANDES-SN no local

## Secretário-geral do Andes-SN: Márcio Antônio de Oliveria

**Formação/Atuação:** Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel e Licenciado em História e mestre em Educação pela mesma instituição. Foi presidente do ANDES-SN, gestão 1992-1994, e ainda secretário-geral do Sindicato Nacional nos períodos de 1986-1988, 1996-1998, 2004-2006 e 2010-2012.



■ **Processo 3,17%**

Foto: Anderson Vasconcelos



Advogado José Barbosa ressalta que valores referentes ao resíduo de reajuste de salário podem voltar à conta da União, caso não sejam recebidos no prazo legal.

## Assessoria Jurídica da Adua alerta sobre regularização de pendências

Desde que a primeira lista para pagamento relativo ao processo 2005.0457-1, conhecido como “processo 3,17%”, foi divulgada, em 28 de novembro de 2011, aproximadamente 500 associados da Adua já foram beneficiados. Entretanto, a Assessoria Jurídica da seção sindical está encontrando dificuldades para localizar sucessores para habilitarem-se ao recebimento do pagamento de professores falecidos.

O advogado José Barbosa alerta que, caso os valores referentes ao resíduo de reajuste de salário não sejam recebidos, os recursos voltarão à conta da União, tornando o crédito indisponível. “Após tomarmos conhecimento da constituição do crédito, informamos ao credor a disponibilidade do recurso. Se ele não efetuar o saque em até 60 dias, o processo é arquivado com depósito”, explica Barbosa.

Isso significa que o valor só voltará a ficar disponível caso requerido pelo credor, observado o prazo prescricional. “Após cinco anos, o valor é recolhido aos cofres públicos, como herdeiro final do crédito”, alertou.

Para sanar o problema, a diretoria da Adua conta com o apoio dos demais associados que dispõem de informações ou contatos de parentes e/ou sucessores dos professores Geraldo Bonates Bezerra e Maria Bernadete de Andrade, para que façam contato imediato com o advogado da seção sindical.

Conforme o assessor jurídico

da Adua, as pessoas habilitadas ao recebimento precisam informar se há inventário aberto ou declaração de inexistência de bens a partilhar; apresentar documentos como a certidão de casamento, filiação, RG e CPF, no caso de pensionistas e sucessores; entre outros. “Eles (sucessores) precisam fazer contato com o jurídico para entrega de documentos para habilitação no processo e recebimento do crédito”, alertou.

### Outros casos

A Assessoria Jurídica também enfrenta dificuldades para localizar docentes que estão com outras pendências para serem solucionadas, relativas ao processo 3,17%. Os professores que devem fazer contato com o advogado são: Amazonina Raposo Passos Teles de Souza, Altair Fernandes dos Santos, Waltair Vieira Machado, Wallace Ramos de Oliveira, Wilson Alberto Pereira, Walter Dantas de Goes e Elpídio Gomes da Silva Filho.

A lista contendo o nome dos professores aptos ao recebimento está disponível na página eletrônica da Adua ([www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)), na seção “Publicações”. Os docentes cujos nomes constam na listagem devem entrar em contato com o advogado da Adua, para agendar o recebimento junto à Justiça. Para informações mais detalhadas, a assessoria jurídica da Adua pode ser consultada todas as quartas-feiras a partir das 14h na sede da associação.

## Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/11/2013 a 29/11/2013

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/11/2013 A 29/11/2013				
		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
<b>1</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>61.867,11</b>	<b>62.307,37</b>	<b>100,00%</b>
<b>1.1</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>61.867,11</b>	<b>62.307,37</b>	<b>100,00%</b>
1.1.1	Contribuição dos Associados	61.672,30	62.079,10	99,63%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	175,41	156,77	0,25%
1.1.3	Receitas com Reprografia	19,40	71,50	0,11%
<b>2</b>	<b>SAIDAS</b>	<b>48.809,89</b>	<b>60.063,34</b>	<b>100,00%</b>
<b>2.1</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>10.059,19</b>	<b>20.132,19</b>	<b>33,52%</b>
2.1.1	Salários	7.847,19	7.878,38	13,12%
2.1.2	Férias	-	2.713,89	4,52%
2.1.3	13o Salários	-	7.327,92	12,20%
2.1.4	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.212,00	3,68%
<b>2.2</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS</b>	<b>4.128,45</b>	<b>4.099,82</b>	<b>6,82%</b>
2.2.1	Contribuição INSS	3.190,23	3.170,52	5,28%
2.2.2	Contribuição FGTS	742,87	738,32	1,23%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	92,86	92,29	0,15%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	102,49	98,69	0,16%
<b>2.3</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA</b>	<b>4.827,00</b>	<b>6.147,00</b>	<b>10,24%</b>
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.207,00	1.197,00	1,99%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	1.600,00	2,66%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,50%
2.3.4	Serviços de Manutenção Elétrica	-	160,00	0,27%
2.3.5	Serviços de Confeção/Faixas/Cartazes	270,00	660,00	1,10%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.050,00	1.030,00	1,71%
<b>2.4</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA</b>	<b>6.649,00</b>	<b>3.805,00</b>	<b>6,34%</b>
2.4.1	Serviços Graficos	3.300,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços de Confeção de Faixas	1.800,00	360,00	0,60%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Xerox	-	540,00	0,90%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	193,00	193,00	0,32%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.356,00	2.712,00	4,52%
<b>2.5</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL</b>	<b>14.389,83</b>	<b>14.503,93</b>	<b>24,15%</b>
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	12.210,84	12.305,76	20,49%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	225,25	229,25	0,38%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	488,44	492,23	0,82%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.465,30	1.476,69	2,46%
<b>2.6</b>	<b>PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS</b>	<b>2.112,53</b>	<b>1.411,01</b>	<b>2,35%</b>
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	1.272,53	691,01	1,15%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	840,00	720,00	1,20%
<b>2.8</b>	<b>BENS DE CONSUMO</b>	<b>3.983,93</b>	<b>6.546,20</b>	<b>10,90%</b>
2.8.1	Telefone	523,53	666,69	1,11%
2.8.2	Correios/Malotes	1.167,97	532,92	0,89%
2.8.3	Combustível	360,00	350,00	0,58%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	70,50	211,25	0,35%
2.8.5	Despesas com Eventos	-	1.670,00	2,78%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	843,71	1.033,50	1,72%
2.8.7	Refeições e Lanches	578,45	698,30	1,16%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	250,57	48,00	0,08%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	189,20	1.335,54	2,22%
<b>2.9</b>	<b>RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS</b>	<b>244,90</b>	<b>135,60</b>	<b>0,23%</b>
2.9.1	Restituições n/mês	244,90	135,60	0,23%
<b>2.7</b>	<b>EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES</b>	<b>2.343,60</b>	<b>3.055,65</b>	<b>5,09%</b>
2.7.1	Aquis.03 Estantes de Madeira	-	1.700,00	2,83%
2.7.2	Aquisição de Ar Splits/Bebedouro/Mesa e Outros	1.955,52	-	0,00%
2.7.3	Aquisição de Mat.Manut.Computadores	-	1.355,65	2,26%
2.7.4	01 Assento Diretor/Mesas/Gaveteiro	388,08	-	0,00%
<b>2.10</b>	<b>ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>71,46</b>	<b>226,94</b>	<b>0,38%</b>
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	71,46	47,46	0,08%
2.10.2	IRRF s/Aplicações Financeiras	-	179,48	0,30%
<b>QUADRO RESUMO</b>				
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>179.882,58</b>	<b>192.939,80</b>	
RECEITAS		61.867,11	62.307,37	
DESPESAS		(48.809,89)	(60.063,34)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>192.939,80</b>	<b>195.183,83</b>	
Banco do Brasil S/A C/C		120.713,80	123.412,06	
Aplicação Banco do Brasil		28.072,57	28.049,86	
CAIXA		306,67	31,15	
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>149.093,04</b>	<b>151.493,07</b>	

■ 'PERIPLANETA'

# Livro mostra através de contos e poesias os problemas de Manaus

Foto: Arquivo Pessoal

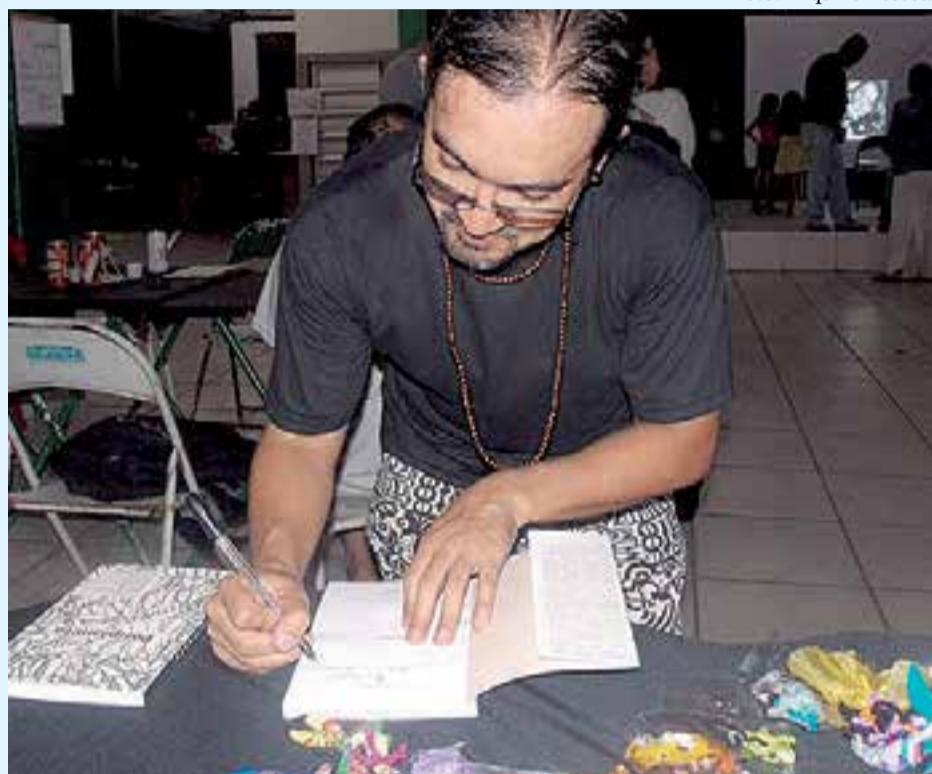
**L**ançado no dia 6 de dezembro de 2013, na Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas (Assua), o livro 'Periplaneta' propõe através de uma coletânea de poesias, contos, crônicas e alegorias apresentar de forma contemporânea aos leitores uma Manaus desprendida da base da literatura amazonense tradicional, na qual o verde ocupa o papel de destaque.

De autoria de Conde de Masoch, Kaidara Mani, Mapinguari do Manaquiri, Marcos Ney, Maurício Colares, Mônica Colares, Pedro Santos, Victor Hugo e do professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Welton Oda, a obra é fruto de um ano de trabalho e reúne, segundo o docente, textos confeccionados e disponibilizados em fanzines, mas nunca publicados em livro.

Problemas cotidianos e atuais como transporte coletivo, amor, política, vizinhos chatos, religião, baratas e lombrigas estão entre os abordados

pela obra que, apesar do caráter crítico, apresenta uma escrita distante da panfletária, privilegiando o sentido estético. De acordo com Oda, Periplaneta é marcado ainda pela Manaus do século XXI, "uma urbe paulistanizada, com seus quase dois milhões de habitantes, engarrafamentos, poluição do ar, dos igarapés, neuroses urbanas e industrialização", afirma.

Todos os autores de Periplaneta já possuem vínculo com a literatura e a poesia. Conde de Masoch é natural de Parintins, interior do Amazonas e conta com crônicas ácidas e conhecidas na ilha tupinambarana; Mapinguari do Manaquiri possui cordéis com repercussão nacional; Marcos Ney e Victor Hugo Neves pertencem a revista literária 'Sirrose'; Mônica Colares é uma poetisa feminista; Kaidara Mani é uma jovem ilustradora; Pedro Santos é escritor e Welton Oda é biólogo do Centro de Biotecnologia da Ufam e há anos publica textos em espaços alternativos.



A previsão é de que no final de 2014 outra obra sobre a temática seja lançada

## Vale a pena ver

**Haifaa Al Mansour**

**Título Original:** O Sonho de Wadjda

**Gênero:** Drama

**País de Origem:** Arábia Saudita

**Ano:** 2013

"A voz da mulher não deve ser ouvida pelos homens lá fora. A voz da mulher é a nudez dela". A ríspida e enérgica advertência feita por uma professora saudita a duas alunas que falavam e riam alto no pátio da escola é um exemplo do tipo de dificuldade que Wadjda, uma menina de 10 anos de idade, vai encontrar para realizar seu sonho: ter uma bicicleta. É um sonho proibido para as meninas sauditas. Uma entre tantas outras proibições que fazem parte da vida das mulheres na Arábia Saudita. Elas não devem ser ouvidas e muito menos vistas.

"Se a gente vê os homens, eles veem a gente. Meninas de respeito não são vistas", ouve Wadjda na escola. Mas Wadjda, assim como sua criadora, a cineasta saudita Haifaa al-Mansour, ignora todas essas proibições e persegue seu sonho com obstinada coragem até o fim.

O Sonho de Wadjda é o primeiro longa-metragem rodado inteiramente dentro da Arábia Saudita, um país onde os cinemas ainda são proibidos. O simples fato de o cinema ganhar uma realiza-

dora saudita talentosa e corajosa como Haifaa al-Mansour é um indicador que parecem existir muitas Wadjdas querendo comprar as suas bicicletas naquele reino. A Wadjda do filme, vivida pela ótima Waad Mohammed, é uma colecionadora de sonhos e objetos proibidos: fitas cassetes com gravações de músicas românticas e rock'n roll ("músicas malignas), pulseiras de times de futebol, um par de tênis com cadarços de cor lilás. Querir andar de bicicleta também entra nesta coleção maldita. "Você não vai poder ter filhos se andar de bicicleta", escuta ela da própria mãe, sob permanente ameaça de perder o marido para outra esposa.

As restrições que pesam sobre a vida das mulheres na Arábia Saudita são variadas. A história contada por Haifaa al-Mansour, porém, não mostra mulheres submissas e resignadas. A cineasta recusa a linha do "coitadismo". O Sonho de Wadjda é um filme de combate.

**Marco Aurélio Weissheimer é jornalista da Agência Carta Maior, bacharel e mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ufrgs). Leia o artigo na íntegra no site <http://www.cartamaior.com.br>.**



## Vale a pena ler

**Livro:** "K"

**Editora:** Expressão Popular

**Autor:** Bernardo Kucinski

**Nº de Página:** 184

**Valor:** R\$ 18,00

Em seu primeiro livro de ficção, o romance "K.", publicado pela Expressão Popular, o jornalista Bernardo Kucinski, 74 anos, surpreende pelo vigor da narrativa e já surge como um clássico do registro do ambiente opressivo do regime militar.

Ele tratou de romancear a saga de sua irmã Ana Rosa Kucinski, professora de Química na USP, desaparecida, com seu marido Wilson Silva, físico especializado em computação, durante o auge da repressão, a partir do dia 22 de abril de 1974, e a odisséia de seu pai para localizar a filha.

A par de ser uma obra de arte com requintes kafkianos – o leitor se envolve percorrendo um labirinto de situações absurdas e incompreensíveis, que recriam o clima grotesco sob o qual se vivia no regime militar – Kucinski nos oferece aqui um retrato muito bem documentado, pois muitos dos fatos que relata, possivelmente a maior parte deles, são fatos verdadeiros, realmente acontecidos, narrados com toda a fidelidade pelo autor. Por exemplo, fala-se de ações ilegais

e mesmo de sessões de tortura que realmente aconteceram, e de agentes reais da repressão, como o delegado Sérgio Fleury e o médico Amílcar Lobo.

A história é vista sob o ponto-de-vista de K., personagem baseado no pai de Ana Rosa e de Bernardo, Majer Kucinski. Quando começa a ação do livro, ele se dá conta de que a filha, que há anos tinha saído de casa e era professora de Química na USP, não dava notícias há dias. Ele a procura nos hospitais, no Instituto Médico-Legal, nas delegacias e centros de detenção; por meio de contatos com pessoas amigas e colegas dela, K. descobre surpreso que a filha era casada de papel passado com Wilson Silva. Como judeu que era livre-pensador, K. achou que sua filha não teria problemas em contar a ele que se casara com um não-judeu e ficou intrigado com os motivos pelos quais ela não lhe tinha revelado o matrimônio.

**Renato Pompeu é jornalista e escritor, autor do romance "O mundo como obra de arte criada pelo Brasil", Editora Casa Amarela. Leia o artigo na íntegra no site <http://www.cartamaior.com.br>.**



## Dicas da web

### Aplicativo para celular auxilia diagnóstico da dengue

Lançado no último dia 10 de dezembro, pela Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), em Porto Alegre, o aplicativo "UNA-SUS Dengue" (itunes.apple.com/br/app/dengue-unasus) funciona como uma espécie de calculadora que leva em consideração idade, sexo, peso e os sintomas apresentados pelo paciente. Com ele, médicos podem fazer a definição automática da conduta a ser adotada de acordo com as características fisiológicas e sintomas de cada um. A ferramenta permite



ainda calcular a reposição de líquidos de maneira customizada e fazer a descrição das características que classificam os pacientes nos grupos de risco da Dengue. Compatível com as plataformas Android, iPhone e iPad, o "UNA-SUS Dengue" tem download gratuito e conta com uma sessão de dicas relacionadas ao tratamento e prevenção da doença.

### Ferramenta possibilita pedido de demissão por mensagem de texto

Um novo aplicativo gratuito criado pela empresa de recursos humanos TheLadders, sediada em Nova York, pretende aliviar o estresse e a ansiedade de confrontar o chefe com um pedido de demissão, enviando apenas uma mensagem de texto por celular. A ferramenta para iPhone faz o usuário tomar uma série de passos para determinar por que está deixando o emprego e



depois elabora uma mensagem de texto que é enviada diretamente ao chefe. O Quit Your Job (itunes.apple.com/us/app/quit-your-job), é inspirado em outro aplicativo, o chamado Breakup-Text, que permite ao usuário terminar relacionamentos via mensagem de texto.

## Comentários

### Josenildo Souza

Um grande abraço Márcio Antônio Oliveira. Sucesso. Mas o ANDES-SN precisa urgente organizar um Fórum Nacional para discutir o Assédio Moral nas instituições de ensino superior. (sobre o curso de Formação Sindical do Andes-SN, realizado em Manaus, em dezembro)



### Antonio P. Oliveira

Particpei na primeira fase, na condição de delegado pelo ICHL. Pena não poder participar dessa segunda fase. Espero que o o ICHL tenha providenciado a suplência da minha vaga. Desejo um ótimo Congresso Estatuinte. Que as melhores propostas, aquelas que assegurem uma instituição plenamente pública, gratuita, autônoma e democrática, sejam aprovadas. (sobre a



retomada das discussões, após dois anos de espera, da Estatuinte da Ufam)

### Katia Vallina

A escolha do homenageado pela ADUA não poderia ter sido mais acertada. Jacob Paiva historicamente tem contribuído para o fortalecimento do movimento docente. (sobre a homenagem feita pela Adua ao professor da Faculdade de Educação (Faced), Jacob Paiva, no dia 13 de novembro)



## NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE DESCONTO SINDICAL DA ADUA

A **ADUA** - Seção Sindical comunica a todos os seus filiados que, em virtude do aumento do salário mínimo, de R\$ 678 para R\$ 724, a partir de 1º de janeiro, haverá reajuste no desconto sindical, acompanhando o aumento de 6,78% sobre o valor do piso salarial mínimo anterior.

Como é do conhecimento de todos, o nosso desconto sindical é de 10% (dez por cento) do salário mínimo. Portanto, com a atualização do referido desconto, a contribuição passará a R\$ 72,40 (setenta e dois reais e quarenta centavos).

A DIRETORIA

## boas lições

### MPF/AM entra com pedido que obriga fiscalização da Funai em reserva

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) entrou com ação civil pública na Justiça Federal, no último dia 28 de dezembro, com pedido de decisão liminar, para obrigar a Fundação Nacional do Índio (Funai) a instalar postos de fiscalização nos extremos da terra indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá (a 675 quilômetros de Manaus).

Conforme a ação, a medida tem por objetivo garantir a permanência do povo Tenharim em suas terras com segurança, já que a área vem sendo alvo de ataques e ameaças de invasão por parte de não indígenas.

O pedido do MPF/AM à Justiça requer que a União, por meio da Funai, adote medidas concretas de fiscalização em defesa da terra indígena no prazo de 24 horas, mediante apresentação de plano elaborado com a participação dos indígenas e com o apoio das forças de segurança.

Como a reserva é cortada pela rodovia Transamazônica (BR-230), o MPF pede ainda que a



Funai realize monitoramento territorial do trânsito no trecho por não indígenas.

"A Constituição e outras leis que tratam dos direitos dos povos indígenas obrigam a União e a Funai a exercerem ações de fiscalização e proteção territorial independentemente da existência de uma situação de conflito", ressalta um trecho da ação.

No documento, o órgão demonstra temor de que novos atos de violência sejam praticados

contra o povo Tenharim e suas terras, tendo em vista os manifestos que resultaram na destruição de prédios e bens públicos ligados aos povos indígenas e também de bens existentes nas aldeias, além do conteúdo ofensivo e discriminatório de manifesto publicado pelos moradores da comunidade Santo Antonio do Matupi, distrito do município de Manicoré, situado próximo à terra indígena.

A instabilidade na região sul do Amazonas estaria relacionada ao desaparecimento de três pessoas supostamente na área da terra indígena Tenharim Marmelos.

Para o MPF/AM, a presença de forte efetivo de segurança apenas para fazer a busca de desaparecidos na terra indígena e depois retirar-se torna ainda maior o risco de novas ações violentas sobre o povo Tenharim, que tiveram casas e bens queimados por um grupo de manifestantes, no dia 27 de dezembro.

O pedido de liminar aguardava decisão de um juiz federal plantonista.